



# EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS: um desafio possível

DOI: 10.22289/2446-922X.V7N1A2

Alexia Jade Machado **Sousa**<sup>1</sup>  
Marielli Monte **Araújo**  
Alessandra Jaira Machado **Sousa**  
Paula Monte **Araújo**  
Eugênia Bridget Gadelha **Figueiredo**

## RESUMO

**Introdução:** Nos últimos 50 anos se têm percebido um aumento na atividade sexual de crianças e adolescentes, com conseqüente aumento no número de gestações e prevalência de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs). **Objetivo:** Analisar na literatura nacional dos últimos 5 anos aspectos relacionados a alguns desafios e potencialidades das ações de educação sexual nas escolas. **Método:** Foi realizada uma pesquisa de revisão narrativa da literatura. **Resultados:** O desenvolvimento das práticas de educação sexual nas escolas teve início no século XX, tendo como foco o controle de cunho epidemiológico, onde havia apenas discussões de tema religioso de caráter higienista como estratégia de saúde pública. **Conclusão:** Mudanças na sociedade e movimentos feministas têm impulsionado debates, como por exemplo, sobre o tema da educação sexual, trazendo para um cotidiano a relevância de trabalhar tal questão. Nesse sentido, mais pesquisas precisam ser feitas e os dados merecem ser analisados, para que eles não sirvam, apenas, de conhecimento epidemiológico, mas também para trabalhar o que os próprios revelam.

15

**Palavras-chave:** Educação em Saúde; Saúde Coletiva; Sexualidade; Escola.

## SEXUAL EDUCATION IN SCHOOLS: a possible challenge

## ABSTRACT

**Introduction:** In the last 50 years there has been an increase in the sexual activity of children and adolescents, with a consequent increase in the number of pregnancies and the prevalence of Sexually Transmitted Infections (STIs). **Objective:** To analyze in the national literature of the last 5 years aspects related to some challenges and potential of sex education actions in schools. **Method:** A literature review was carried out. **Results:** The development of sex education practices in schools began in the 20th century, focusing on epidemiological control, where there were only hygienic religious discussions as a public health strategy. **Conclusion:** Changes in society and feminist movements have stimulated debates, such as, for example, on the topic of sexual education, bringing to the daily routine the relevance of working on this issue. In this sense, more research needs to be done and the data deserve to be analyzed, so that they do not only serve as epidemiological knowledge, but also to work on what they themselves reveal.

<sup>1</sup> Endereço eletrônico de contato: alexiajmachado@gmail.com

Recebido em 23/11/2020. Aprovado pelo conselho editorial para publicação em 16/12/2020.



**Keywords:** Health Education; Collective Health; Sexuality; School.

## LA EDUCACIÓN SEXUAL EN LAS ESCUELAS: un posible desafío

### RESUMEN

**Introducción:** En los últimos 50 años se ha producido un incremento en la actividad sexual de niños y adolescentes, con el consecuente incremento en el número de embarazos y la prevalencia de Infecciones de Transmisión Sexual (ITS). **Objetivo:** Analizar en la literatura nacional de los últimos 5 años aspectos relacionados con algunos desafíos y potencialidades de las acciones de educación sexual en las escuelas. **Método:** Se realizó una revisión de la literatura. **Resultados:** Según la bibliografía consultada, el desarrollo de las prácticas de educación sexual en las escuelas se inició en el siglo XX, con foco en el control epidemiológico, donde solo existían discusiones religiosas higiénicas como estrategia de salud pública. **Conclusión:** Los cambios en la sociedad y los movimientos feministas han estimulado debates como, por ejemplo, sobre el tema de la educación sexual, llevando a la rutina diaria la relevancia de trabajar en este tema. En este sentido, es necesario realizar más investigaciones y los datos merecen ser analizados, para que no solo sirvan como conocimiento epidemiológico, sino también para trabajar sobre lo que revelan.

**Palabras clave:** Educación Para La Salud; Salud Pública; Sexualidad; Colegio.

### 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos 50 anos se têm percebido um aumento na atividade sexual de crianças e adolescentes, com consequente aumento no número de gestações e prevalência de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs). Entendida como uma questão de saúde coletiva a sexualidade e a educação sexual, consequentemente, continuam sendo um tabu para a sociedade brasileira e no ambiente escolar não é diferente, apesar de se constituir como tema transversal adotado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o Ensino Médio, numa tentativa de tratar a temática de forma educativa, com a necessária disponibilização de informações (Almeida, Nogueira, & Silva, 2011) e do reconhecimento da necessidade de ações intersectoriais das políticas públicas de saúde, assistência social e de educação que promovam prevenção e produção de cuidado.

Compreendendo que a promoção da saúde sexual depende em grande parte da educação sexual nas escolas e de que essa práxis encontra limites em sua execução nos colocamos frente ao seguinte questionamento: quais são os desafios e possibilidades que atravessam a temática da saúde sexual nas escolas brasileiras? Neste sentido, o estudo aqui proposto objetiva analisar as publicações nacionais dos últimos 5 anos que versam sobre os desafios e potencialidades das ações de educação sexual nas escolas no cenário brasileiro. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de revisão bibliográfica narrativa.



Segundo a literatura consultada, o desenvolvimento das práticas de educação sexual nas escolas teve início no século XX, tendo como foco o controle de cunho epidemiológico. Prevalciam discursos repressivos, com pressupostos morais e religiosos reforçados pelo caráter higienista das estratégias de saúde pública (Figueiró, 2010; Sfair, Bittar, & Lopes, 2015 citado por Furlanetto, Lauermann, Costa, & Marin, 2018). A educação sexual estava restrita à “educação moral e cívica” disciplina introduzida como matéria obrigatória do ensino fundamental à universidade permanecendo assim até os anos noventa (Rosemberg, 1985 citado por Paiva, Antunes, & Sanchez, 2019). É possível afirmar que houve uma adequação das políticas de saúde e educação, nesse contexto, assentada em uma construção social heteronormativa repressora e disciplinadora dos corpos, conforme afirmava Foucault no século XX (Foucault, 2008).

A heteronormatividade pode ser considerada uma norma tomada como natural e já difundida em nossa sociedade que adota critérios biológicos, morais e religiosos na definição de condutas normais relativas à sexualidade.

A heteronormatividade visa regular e normatizar modos de ser e de viver os desejos corporais e a sexualidade. De acordo com o que está socialmente estabelecido para as pessoas, numa perspectiva biologicista e determinista, há duas – e apenas duas – possibilidades de locação das pessoas quanto à anatomia sexual humana, ou seja, feminino/fêmea ou masculino/macho (Petry & Meyer, 2011, p.195).

17

Um dos marcos para o avanço das discussões sobre direitos sexuais e reprodutivos foi encabeçado pelo movimento feminista que ampliou as discussões acerca da sexualidade para além do caráter biológico, religioso e moral apontando para a compreensão de que esse é também um processo de construção política e psicossocial. Podemos destacar como grandes contribuições desse movimento a produção dos documentos derivados de conferências realizadas no Cairo (Egito) e Pequim (China), na década de 1990, que tratam sobre a temática dos direitos humanos, liberdade sexual, saúde e educação. Esses documentos enfatizaram a responsabilidade do Estado na facilitação de acesso às informações e a produção do cuidado relativo à saúde sexual e reprodutiva por meio de políticas públicas e desenvolvimento de ações que tratem ainda de temáticas como planejamento familiar, métodos contraceptivos, entre outras (Moraes & Vitalle, 2015; Taquette, 2013 citado por Furlanetto, Lauermann, Costa, & Marin, 2018).

Compreende-se que, enquanto processo contínuo no desenvolvimento humano, a sexualidade alia aprendizagens, experiências socioculturais (Louro, 2008) e fatores psicofísicos, que se remetem ao prazer, à qualidade de vida (Furlanetto, Lauermann, Costa, & Marin, 2018), mas que também podem desencadear morbidades, disfunções, conflitos familiares e psíquicos. Nesse sentido, promoção de saúde, educação e sexualidade são indissociáveis e impõem a necessidade



de um olhar mais atento para a atividade sexual, cada vez mais precoce, na vida de crianças e adolescentes sem o devido conhecimento sobre suas implicações para a saúde dos mesmos.

O estudo de Lara e Abdo (2015) mostra que a tendência atual de uma iniciação sexual precoce é mais frequente em países que não contam com um programa de educação sexual consolidado nas escolas, como é o caso do Brasil. As autoras apontam vários fatores que contribuem para a antecipação do início da atividade sexual entre eles: a falta de orientação na escola sobre prevenção da gravidez; exposição precoce a cenas eróticas; pouco conhecimento sobre o HIV; uso de álcool e substâncias ilícitas; abuso sexual na infância e problemas familiares. Além disso, uma pesquisa realizada com a população de adolescentes brasileiros aponta a relação entre a iniciação sexual precoce, baixo nível socioeconômico e baixa escolaridade (Oliveira-Campos et al., 2014; O'Hara, Gibbons, Gerrard, Li, & Sargent, 2012; Tilahun & Ayele, 2013; Farid, Che' Rus, Dahlui, & Al-Sadat, 2013; Hugo et al., 2011 citado por Lara & Abdo, 2015). Sobre o nível socioeconômico, Belisse (2012) destaca que o fenômeno afeta todas as camadas sociais, no entanto, são crianças e adolescentes mais pobres que acabam sofrendo as piores consequências. Podemos destacar também o estudo de Moraes, Franca, Silva, Valença, Menezes e Colares (2019) que aponta a relação entre raça, nível socioeconômico e início da atividade sexual. No que diz respeito à raça, estudo de Nkansah-Amankra et al. (2010 citado por Moraes, Franca, Silva, Valença, Menezes, & Colares, 2019) constatou que adolescentes que não são brancos possuem três vezes mais chance de iniciar a vida sexual com idade mais precoce do que os brancos, identificando que diferenças étnicas ainda representam fortes barreiras sociais.

18

Como se pode perceber esse é um tema complexo e multifacetado que não pode ser reduzido a fatores biológicos. Importante também frisar que embora a puberdade se confunda com o período da adolescência estas não designam um mesmo processo, apesar de articuladas a puberdade se remete as alterações físicas, hormonais e a adolescência é um fenômeno psicossocial e, portanto, histórico em que se sobressai à busca por identidade, as tendências grupais (Moraes, Franca, Silva, Valença, Menezes, & Colares, 2019), entre outros fatores socioculturais. Neste sentido, encontra-se na escola um espaço potente para a produção de saberes e práticas que não estão relacionados apenas à aprendizagem formal e às disciplinas curriculares obrigatórias, mas, aos aspectos psicossociais que consolidam a formação do sujeito (Mariano Júnior, 2018) e entre esses aspectos está a sexualidade, ou, mais precisamente, a promoção da saúde sexual de pessoas em formação. Daí a importância de analisar os desafios e possibilidades impostos ao corpo escolar nessa tarefa contribuindo para o (re)pensar de propostas, estratégias e ações de enfrentamento do problema.



## 2 MÉTODO

Realizou-se uma revisão narrativa da literatura que permite maior fluidez nas análises e sistematização de diferentes estudos que abordam a mesma temática (Pautasso, 2020). A coleta do material pesquisado ocorreu por meio de sucessivas consultas a bases de dados e portais de pesquisa: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *National Library of Medicine* (PubMed/Medline), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Google Acadêmico. A pesquisa aconteceu em diferentes dias do mês de julho de 2020, com uso de descritores como “saúde sexual”, “educação sexual” e “saúde na escola” utilizando o operador booleano *AND*. Também foram pesquisados sites governamentais e não governamentais ligados à área da saúde e educação.

Três critérios de inclusão foram elencados. O primeiro refere-se ao veículo de publicação: periódicos indexados nas plataformas citadas; o segundo critério é referente ao período de tempo, foram utilizados artigos de 2015 a 2019 (no entanto, cabe destacar que foram inclusos alguns estudos importantes sobre a temática que datam de períodos anteriores); o terceiro critério foi referente ao idioma de publicação que é português. Considerou-se como critério de exclusão trabalhos que não convergiam com a natureza da pesquisa e que, portanto, não contribuem com a discussão sobre a temática e aqueles que se repetiam.

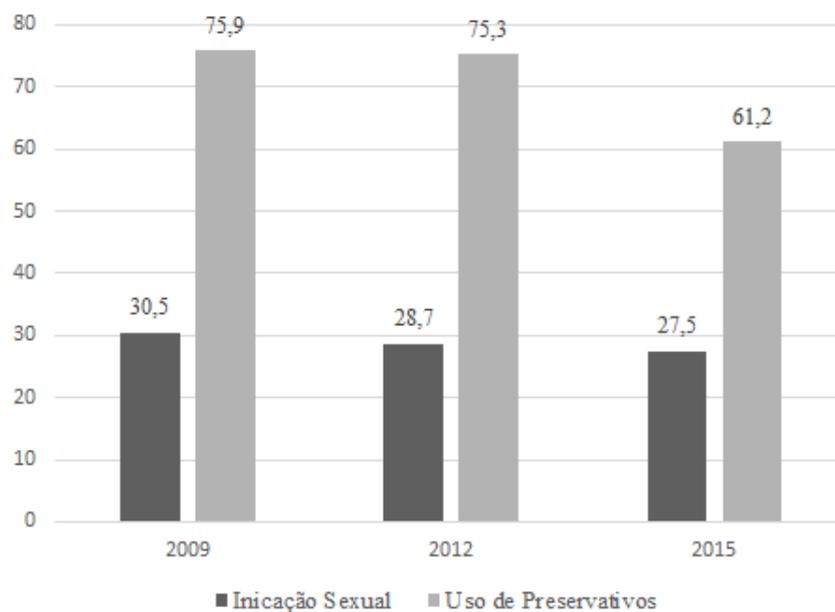
Quinze artigos foram selecionados em função dos critérios de exclusão/inclusão adotados, destes: 5 foram encontrados na SciELO, 3 em PubMed/Medline, 2 na BVS e 5 no Google Acadêmico. O processo de análise e sistematização compreendeu a leitura de forma integral das produções, a identificação dos aspectos ressaltados na narrativa relativos ao problema deste trabalho, sistematização e análise crítica das ideias/conceitos centrais de cada produção. Além destes, documentos oficiais também foram acessados para complemento analítico/propositivo.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Pesquisa Nacional de Saúde dos Escolares (PenSE), é uma ação do Ministério da Saúde junto com o Ministério da Educação e apoio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que tem como objetivo monitorar fatores de risco e proteção para doenças crônicas entre os adolescentes escolares brasileiros. A PenSE teve seu início no ano de 2009, de lá até 2020, foram realizadas três coletas de dados (2009, 2012 e 2015) agregando cada vez mais o número de escolas em todo Brasil, gerando um acúmulo significativo de informação que podem ajudar a elaborar estratégias de gestão e cuidado das políticas públicas voltadas para a promoção de saúde desse segmento populacional.

Junto a esses dados, pesquisas como o Boletim Epidemiológico de HIV/Aids, realizado todos os anos pelo governo federal, fortalecem esse processo de construção disponibilizando ainda mais informações sobre a vida sexual dos jovens no Brasil. Vale ressaltar que a Constituição Federal (CF) e o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) compreendem a manutenção da saúde como direito de crianças e adolescentes.

O que é possível observar nos dados da PenSE nos anos de 2009, 2012 e 2015 é que há um decréscimo com relação ao início da vida sexual e o uso de preservativo entre os jovens escolares, observe a Figura 1. Avaliando o gráfico, é observado que dentre os jovens que já deram início a vida sexual, o uso de preservativos tem caído cada vez mais com 14,1% de 2012-2015.



Fonte: PenSE, 2009, 2012 e 2015

Figura 1. Dados da iniciação sexual e uso de preservativos em conjunto da PenSE sobre saúde sexual e reprodutiva.

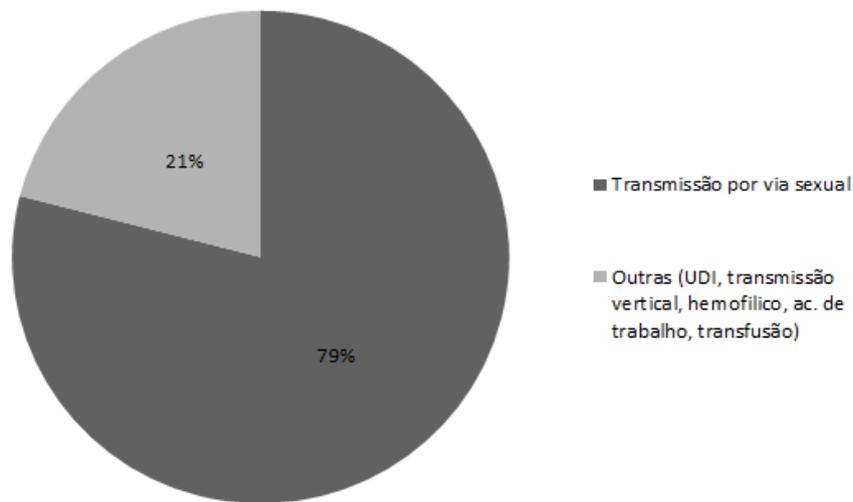
Um dos desdobramentos da PenSE é o Programa Saúde na Escola (PSE), um programa intersetorial e interministerial apontado por vários autores como de grande relevância para aproximação entre os dispositivos de saúde e a população jovem, um grupo com reduzidos níveis de interação com o sistema de saúde e para o fomento de ações conjuntas das políticas de saúde, educação e assistência (Pinheiro, Silva & Tourinho, 2017).

De acordo com Minayo e Gualhano (2015), há três grandes obstáculos para os serviços de saúde na relação com adolescentes: 1) o acesso ao sistema de saúde, 2) a dificuldade dos profissionais de se relacionar com temas como sexualidade e a 3) falta de reconhecimento de que

faz parte da promoção da saúde a formação sexual de crianças e adolescentes. Esses são alguns dos desafios para os profissionais da saúde e da educação que em geral não tiveram oportunidade de, em sua própria formação e vivência, abordarem essa problemática.

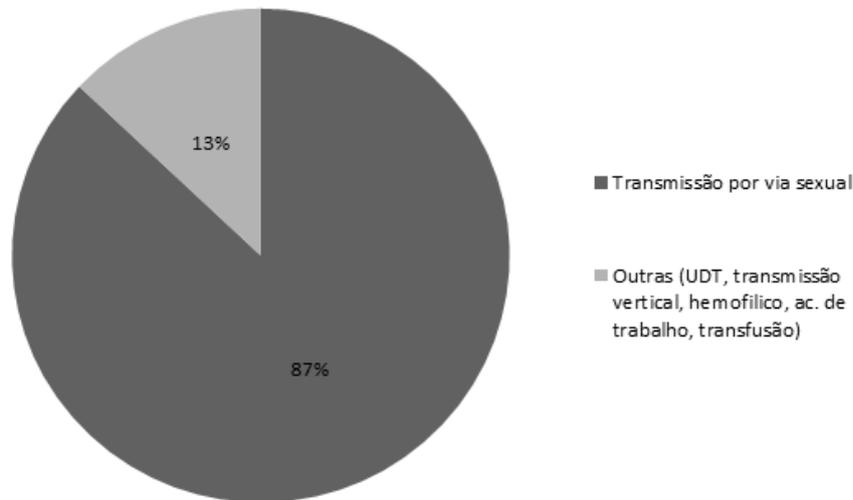
Outra potencialidade do PSE é que pode ser adotado por todos os municípios do país, sem restrições na quantidade de habitantes ou extensão territorial, bastando para isso que os municípios firmem o “Termo de Compromisso” com os Ministérios da Saúde e da Educação (Brasil, 2020). O Programa indica algumas linhas de trabalho como: prevenção ao uso de álcool, tabaco, crack e outras drogas; promoção da cultura de paz, cidadania e direitos humanos; prevenção das violências e dos acidentes; promoção da alimentação saudável e prevenção da obesidade infantil, direito sexual e reprodutivo e prevenção de IST/Aids (Brasil, 2020).

Linhas de trabalho extremamente importantes quando tomamos como balizadores os dados da PenSE (2015) e do Boletim Epidemiológico HIV/Aids (2019), a saber: crescimento com relação ao início da vida sexual e uma diminuição no uso de preservativo entre os jovens escolares; o ato sexual como principal via de transmissão de HIV/Aids entre os indivíduos de 13 anos ou mais para ambos os sexos masculino e feminino, como mostra a Figura 2 e Figura 3.



Fonte: MS/Boletim Epidemiológico, 2019

Figura 2. Fatores de contaminação de HIV/Aids por homens.



Fonte: MS/Boletim Epidemiológico, 2019

Figura 3. Fatores de contaminação de HIV/Aids por mulheres.

Diante desses dados fica explícita a relevância de conhecer as causas múltiplas dessa realidade para que seja possível aprofundar as questões sobre saúde sexual de crianças e adolescentes e assim propor intervenções alinhadas com as especificidades de cada território, raça e classe social. É importante deixar claro que esses dados não devem reforçar ações de controle. Mais que delimitar atos, ações ou escolhas devem orientar a produção de saberes e práticas voltadas para as necessidades de crianças e adolescentes e formas de manutenção da sua saúde sexual e reprodutiva.

Alguns aspectos, no entanto, são postos como desafios enfrentados na execução do PSE, tais como: os valores, crenças, dúvidas e preconceitos das próprias educadoras(es) e profissionais da saúde, evidenciando a necessidade de formação desses profissionais; o fato de muitas famílias possuírem valores conservadores que determina em grande parte a educação das crianças (Sayão, 1997); o foco das escolas em programas excessivamente biologizantes ou preventivos que se distanciam da realidade dos alunos e tornam o processo educativo repetitivo e pouco atrativo e a não participação das crianças e adolescentes na condução do processo. São fatores que despotencializam as ações do Programa e resultam em distanciamento e mutismo da temática trazendo resultados como aumento de ISTs, conforme os dados do Boletim Epidemiológico de 2019.

Ainda, de acordo com os autores Ew, Conz, Farias, Sombrio e Rocha (2017), um dos motivos que inibe as conversas sobre sexualidade encontra-se relacionado a crença de que falar sobre sexo antecipa a prática do ato, crença essa que muitos profissionais e pais têm e, por isso, acabam não abordando o tema e não desenvolvendo educação de qualidade.



Sendo assim, a interação entre as famílias, escola, unidades de saúde e assistência, crianças e adolescentes para debater sexualidade é urgente. Não apenas para informar, mas para criar espaços de escuta, problematização e compreensão de experiências desses atores, valorizando os conhecimentos científicos e o conhecimento dos mesmos, abordando aspectos sociais, culturais e subjetivos que embasem uma educação sexual ampliada, clara e de maior qualidade (Guedes, dos Santos, & Neto, 2017), sem se prender a heteronormatividade fomentando a reflexão e o diálogo.

Nessa direção, estudos como os de Vieira e Matsukura (2017), Campos, Paiva, Araújo Mourthé, Ferreira, Assis e Fonseca (2018) e Pinheiro, Silva e Tourinho (2017) indicam que há uma prevalência de discursos na educação sexual pautados pelo modelo biomédico, sendo dominante tanto no campo da educação como no campo da saúde. As referentes pesquisas trazem em suas análises dois modelos de ensino da educação sexual trabalhadas entre os professores evidenciados em duas categorias, a saber: modelo de ensino centrado na dimensão biológica e nas ações preventivas e modelo de ensino biopsicossocial.

O ensino da educação sexual direcionada pelo modelo biologicista, de acordo com Vieira e Matsukura (2017), prevalece porque há “entendimento de que a sexualidade é algo puramente individual, privado e biológico” o que exclui a noção de uma sexualidade produzida também no campo psicossocial. Esse perfil de ensino está centrado no desenvolvimento anatômico ou em métodos contraceptivos, mantendo uma narrativa de cientificidade, distante de questões culturais e sociais que atravessam o cotidiano da formação humana e que são bastante complexas.

O estudo de Queiroz, de Alcântara, Brasil e da Silva (2017) mostram que o modelo de educação sexual traçado por uma concepção biopsicossocial, em que se compreende a sexualidade como um construto, também fruto das relações sociais e culturais faz parte da abordagem de alguns professores e profissionais da saúde que abordam o tema de forma mais ampla, incluindo as questões subjetivas e promovendo a participação de crianças e jovens no próprio processo de aprendizagem. Revelando que o modelo biopsicossocial é promissor para uma educação sexual de qualidade e inclusiva.

Sendo assim, é fundamental traçar outra esfera ética-estética nas relações com crianças e adolescentes de forma a contribuir com a disseminação mais efetiva das informações, a aproximação com a escola, comunidade e unidades de saúde e com discussões de maior interesse desses grupos que estão longe de serem homogêneos. O estudo de Ferreira, Piazza e Souza (2019) realizado em uma escola pública adotando metodologias participativas revelou que o tema da sexualidade, trouxe satisfação na participação dos jovens e que elas foram relevantes para sanar inquietudes diante das dúvidas existentes em torno do tema da sexualidade.

A partir de uma reflexão mais aprofundada, outro trabalho que traz evidências significativas da relevância de uma interação horizontal e de recursos marcados por um olhar biopsicossocial é



o de Ew, Conz, Farias, Sombrio e Rocha (2017). Neste estudo, foram realizadas 11 oficinas, em 4 escolas com o total de 349 alunos. De acordo com a avaliação dos participantes as oficinas foram importantes e esclarecedoras. Os escolares chegaram a indicar aos amigos para participarem, demonstrando a diferença que eles encontraram nessa forma de interação com os profissionais.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sexualidade é uma questão importante para o processo de desenvolvimento humano e é contínuo, ou seja, atravessa toda existência tendo desdobramentos significativos na produção da saúde de sujeitos e coletivos humanos. Entretanto, ainda se configura como um tema polêmico e de difícil abordagem para os profissionais da saúde, educação, assistência e para as famílias.

Acredita-se que as práticas de educação sexual são indispensáveis para promoção da saúde de crianças e adolescentes e já existe diretrizes político-pedagógicas, bem como, programas elaborados para contemplar a problemática, no entanto, crenças, valores morais, religiosos, aspectos comunicacionais e a falta de formação dos profissionais são alguns dos aspectos que dificultam sua implantação e efetividade. O assunto é preocupante quando se olha para os dados e efeitos relativos à atividade sexual cada vez mais precoce sem o devido conhecimento sobre as implicações que este ato pode gerar.

A literatura aponta que programas como o PSE precisam ser fortalecidos e para isso é necessário investir na formação de profissionais e promover a aproximação entre escola, família, unidades de saúde e dispositivos de assistência. Outro ponto levantado se refere às práticas e narrativas biologicista hegemônicas aliadas à ideologia da heteronormatividade que, por serem reducionistas, não atingem a realidade das crianças, adolescentes e suas famílias no trato da problemática, nem dão voz aos sujeitos implicados.

Assim, os estudos indicam que é urgente (re)desenhar uma nova esfera ética-estética de se relacionar com o problema e com o público que se quer alcançar utilizando estratégias participativas que promovam uma abordagem mais ampliada, leve em conta a totalidade biopsicossocial e produza saberes e práticas coletivas de cuidado, aliando o saber científico ao saber popular para prevenir e promover a saúde de singularidades e coletivos evitando as morbidades, a violência sexual contra crianças e adolescentes e mortes que poderiam ser evitadas.

A pesquisa, aqui realizada, revelou que ainda há muito a ser debatido e que tal questão merece mais foco e atenção, pois é possível perceber, que quando não trabalhada a educação sexual de uma maneira adequada, os resultados são o oposto do que se busca. Ou seja, acontece o aumento das IST's, por exemplo, como mostram os dados da PenSE e do Boletim Epidemiológico de 2019.



No mais, mitos e crenças precisam ser abordados e trabalhados de forma profissional, para que a educação dos jovens seja feita de modo a sanar suas dúvidas, trazer conhecimento e dar-lhes a oportunidade de conhecer mais até sobre seus desejos. Lembrando que este presente estudo apresentou diversas limitações, seja pelo referencial utilizado, seja pelas análises feitas. No entanto, destacamos que mais pesquisas precisam ser feitas para que os dados não sirvam, apenas, de conhecimento epidemiológico, mas também para trabalhar o que os próprios revelam.

## 5 REFERÊNCIAS

- Almeida, S. A. D., Nogueira, J. D. A., Silva, A. O., & Torres, G. V. (2011). Orientação sexual nas escolas: fato ou anseio?. *Revista gaúcha de enfermagem*, 32(1), 107-113.
- Belisse, C. L. (2012). Atividade Sexual Precoce na Adolescência: a importância da educação sexual nas escolas. Projeto de Desenvolvimento Educacional (PDE) desenvolvido pela SEED/PR. Paraná, 1460-8.
- Brasil. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Programa Saúde na Escola. Acessado em 30 de novembro de 2020. Disponível em: <https://atencobasica.saude.rs.gov.br/upload/arquivos/201902/27090046-pse-orientacoes-ciclo-2019-2020-1.pdf>
- Campos, H. M., de Paiva, C. G. A., de Araújo Mourthé, I. C., Ferreira, Y. F., Assis, M. C. D., & Fonseca, M. D. C. (2018). Diálogos com adolescentes sobre direitos sexuais na escola pública: intervenções educativas emancipatórias! *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 13(3), 1-16.
- Ew, R. D. A. S., Conz, J., Farias, A. D. G. O., Sombrio, P. B. M., & Rocha, K. B. (2017). Diálogos sobre sexualidade na escola: uma intervenção possível. *Revista Psicologia em Pesquisa*, 11(2). doi: 10.24879/2017001100200155
- Ferreira, I. G., Piazza, M., & Souza, D. (2019). Oficina de saúde e sexualidade: Residentes de saúde promovendo educação sexual entre adolescentes de escola pública. *Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade*, 14(41), 1788-1788. doi: 10.5712/rbmfc14(41)1788
- Foucault, M. (2008). *Vigiar e Punir*, tradução de Raquel Ramalhete. 35ª edição. Petrópolis/RJ, Editora Vozes.
- Furlanetto, M. F., Lauermann, F., Costa, C. B. D., & Marin, A. H. (2018). Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. *Cadernos de Pesquisa*, 48(168), 550-571. doi: 10.1590/198053145084
- Guedes, J. C., dos Santos, H. O., & Neto, I. P. F. (2017). A abordagem da educação sexual nos espaços escolares: um olhar sobre a perspectiva dos alunos do ensino médio de Guarái/TO. *Educationis*, 5(2), 34-40. doi: 10.6008/SPC2318-3047.2017.002.0004
- Lara, L. A. D. S., & Abdo, C. H. N. (2015). Aspectos da atividade sexual precoce. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*, 37(5), 199-202. doi: 10.1590/SO100-720320150005207



- Louro, G. L. (2008). Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-posições*, 19(2), 17-23. doi: 10.1590/S0103-73072008000200003
- Mariano Júnior, E. B. (2018). Educação para sexualidade na escola, com foco nas práticas de prevenção do HIV/Aids e promoção da saúde sexual.
- Minayo, M. C. S., & Gualhano, L. (2015). Riscos sociais e proteção à saúde dos adolescentes. *Ciênc. saúde coletiva*, 20(1).
- Moraes, L. D., Franca, C. D., Silva, B., Valença, P., Menezes, V., & Colares, V. (2019). Iniciação sexual precoce e fatores associados: uma revisão da literatura. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 20(1), 59-73. doi: 10.15309/19psd200105
- Paiva, V., Antunes, M. C., & Sanchez, M. N. (2019). O direito à prevenção da Aids em tempos de retrocesso: religiosidade e sexualidade na escola. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 24. doi: 10.1590/Interface.180625
- Pautasso, M. (2020). The structure and conduct of a narrative literature review. In R. S. Tubbs, S. M. Buerger, M. M. Shoja, A. Arynchyna & M. Karl (Eds.), *A guide to the scientific career: virtues, communication, research, and academic writing* (pp.299-310). Hoboken: Wiley Blackwell.
- Petry, A. R., & Meyer, D. E. (2011). Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, 10(1), 193-198.
- Pinheiro, A. D. S., Silva, L. R. G. D., & Tourinho, M. B. A. D. C. (2017). A estratégia saúde da família e a escola na educação sexual: uma perspectiva de intersetorialidade. *Trabalho, Educação e Saúde*, 15(3), 803-822. doi: 10.1590/1981-7746-sol00084
- Queiroz, M. V. O., de Alcântara, C. M., Brasil, E. G. M., & da Silva, R. M. (2017). Participação de adolescentes em ações educativas sobre saúde sexual e contracepção. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, 29, 58-65.
- Vieira, P. M., & Matsukura, T. S. (2017). Modelos de educação sexual na escola: concepções e práticas de professores do ensino fundamental da rede pública. *Revista Brasileira de Educação*, 22(69), 453-474. doi: 10.1590/s1413-24782017226923
- Sayão, Y. (1997). Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. Em: J. G. Aquino. *Sexualidade na escola – alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus.